

IMPACTOS DA REFORMA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA

IMPACTS OF BUSINESS REFORM ON EDUCATION: EDUCATION IS NOT A COMMODITY

IMPACTOS DE LA REFORMA EMPRESARIAL EN LA EDUCACIÓN: LA EDUCACIÓN NO ES MERCANCÍA

Igor Vilar rás¹

Marcelo de Oliveira Alencar²

Romildo de Oliveira Sampaio³

Adriana Machado Penna⁴

Resumo: O presente artigo discute os impactos da Reforma Empresarial da Educação na escola pública brasileira, a partir de reflexões realizadas na disciplina de Didática Geral, do Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2025. O estudo fundamenta-se nas experiências docentes dos autores, professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, evidenciando como a lógica empresarial influencia a Educação Física escolar. Com base em Freitas (2018), Libâneo (1986) e Lück (2009), analisa-se a priorização de metas e resultados em detrimento da formação crítica e da gestão democrática. A pesquisa aponta que a Educação Física é marginalizada e que a lógica empresarial reforça desigualdades, compromete a autonomia pedagógica e desvaloriza a disciplina. Conclui-se que a Educação Física deve ser reafirmada como espaço de resistência e formação integral, promovendo a emancipação dos sujeitos e a valorização da escola como direito social.

Palavras-chave: Reforma empresarial. Gestão educacional. Educação Física escolar. Políticas públicas. Formação crítica.

Abstract: This article discusses the impacts of the Business Reform of Education in Brazilian public schools, based on reflections from the General Didactics course within the Specialization in School Physical Education at Fluminense Federal University (UFF), in 2025. The study draws on the teaching experiences of the authors, public school teachers in the State of Rio de Janeiro, highlighting how business-oriented logic has affected Physical Education. Grounded in Freitas (2018), Libâneo (1986), and Lück (2009), the article analyzes how school management prioritizes goals and results over critical education and democratic management. The research shows that Physical Education is marginalized and that business logic deepens inequalities, undermines pedagogical autonomy, and devalues the discipline. It

¹ Pós-Graduado em Educação Física Escolar, UFF. Igor_vilar@id.uff.br.

² Pós-Graduado em Educação Física Escolar, UFF. figaromeg@gmail.com.

³ Pós-Graduado em Educação Física Escolar, UFF. rosampaio@id.uff.br.

⁴ Doutora em Educação Física, Coordenadora da Pós-Graduação em Ed. Fis. Escolar. adrianapenna@id.uff.br.

Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *locus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

concludes that Physical Education should be reaffirmed as a space of resistance and integral formation, promoting emancipation and valuing the school as a social right.

Keywords: Business reform. Educational management. School Physical Education. Public policies. Critical education.

Resumen: Este artículo analiza los impactos de la Reforma Empresarial de la Educación en la escuela pública brasileña, a partir de reflexiones realizadas en la asignatura de Didáctica General del Curso de Especialización en Educación Física Escolar de la Universidad Federal Fluminense (UFF), en 2025. Se fundamenta en las experiencias docentes de los autores, profesores de la red pública del Estado de Río de Janeiro, evidenciando cómo la lógica empresarial influye en la Educación Física escolar. Basado en Freitas (2018), Libâneo (1986) y Lück (2009), analiza la priorización de metas y resultados en detrimento de la formación crítica y la gestión democrática. El estudio concluye que la Educación Física es marginalizada y que la lógica empresarial refuerza desigualdades, compromete la autonomía pedagógica y desvaloriza la disciplina. La Educación Física debe ser reafirmada como espacio de resistencia y formación integral.

Palabras clave: Reforma empresarial. Gestión educativa. Educación Física escolar. Políticas públicas. Formación crítica.

1 INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira tem vivenciado, ao longo das últimas décadas, uma série de mudanças estruturais que buscam atender às demandas de um modelo de sociedade orientado pelo mercado. Essas mudanças, chamadas por Freitas (2018) de Reforma Empresarial da Educação, são apresentadas como respostas à necessidade de melhoria da qualidade do ensino, mas, na prática, estão fortemente ligadas à lógica de eficiência, produtividade e competitividade.

Nesse modelo, a educação deixa de ser concebida prioritariamente como um direito social e passa a ser tratada como mercadoria. O aluno é visto como cliente, o professor como executor de tarefas e a escola como empresa, cujo objetivo central não é a formação integral dos sujeitos, mas o cumprimento de metas, indicadores e resultados. Essa concepção altera de forma significativa a função social da escola, fragilizando seu caráter democrático.

Na realidade brasileira, essa lógica ganha força em políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio, que organizam o currículo em torno de competências e habilidades avaliáveis. Tais medidas reduzem a complexidade do processo educativo a números e índices, desconsiderando a diversidade cultural, regional e social do país.

No interior desse processo, a Educação Física escolar ocupa um lugar ainda mais vulnerável. Historicamente marginalizada, a disciplina frequentemente é considerada de menor importância quando comparada a áreas avaliadas em exames nacionais, como Língua Portuguesa e Matemática. Essa condição leva à redução do espaço pedagógico da Educação Física e à fragilização de sua contribuição para a formação crítica e integral dos estudantes.

O presente trabalho analisa esses impactos da Reforma Empresarial da Educação, com foco na Educação Física escolar. A análise foi construída a partir

de debates ocorridos na disciplina Didática Geral, do Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2025, e dialoga com as experiências docentes dos autores, todos professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo é evidenciar como a lógica empresarial penetra nas práticas escolares, comprometendo a autonomia pedagógica e a gestão democrática, e apontar caminhos de resistência que reafirmem a educação como direito e a Educação Física como espaço formativo essencial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Reforma Empresarial da Educação, conforme analisa Freitas (2018), parte da concepção de que a escola deve ser reorganizada com base em critérios de eficiência, eficácia e produtividade, nos moldes de uma empresa privada. Nessa perspectiva, o processo educativo é subordinado a mecanismos de avaliação padronizada, responsabilização docente e cumprimento de metas. O professor deixa de ser valorizado como intelectual autônomo e crítico e passa a ser avaliado pelo cumprimento de indicadores que nem sempre refletem a realidade do cotidiano escolar.

Essa lógica confronta-se diretamente com a proposta de pedagogia crítico-social dos conteúdos defendida por Libâneo (1986). Para o autor, a escola deve ter como finalidade central a formação crítica dos sujeitos, possibilitando que os estudantes se apropriem de forma reflexiva do conhecimento historicamente acumulado. O processo educativo deve ir além da transmissão de conteúdos instrumentais, assumindo o compromisso de contribuir para a emancipação social.

Outro aspecto central está no campo da gestão escolar. Lück (2009) diferencia a gestão democrática, que valoriza a participação da comunidade, o diálogo e a construção coletiva do projeto pedagógico, da gestão tecnocrática e empresarial, centrada em resultados, metas e controle. A expansão da Reforma Empresarial reforça esta última, reduzindo a escola a uma estrutura burocrática e hierarquizada, que pouco considera os sujeitos envolvidos no processo educativo.

No âmbito da Educação Física escolar, esse cenário traz desafios ainda maiores. Autores como Bracht (1999), Darido (2003) e Betti (1991) defendem uma Educação Física que vá além da prática esportiva ou do desenvolvimento motor, sendo compreendida como campo de conhecimento capaz de promover a formação integral, articulando corpo, movimento e cultura. Entretanto, sob a lógica empresarial, essa disciplina é frequentemente esvaziada de sentido, reduzida a atividades secundárias e, muitas vezes, negligenciada no planejamento escolar.

Assim, a fundamentação teórica deste artigo articula três eixos principais: a crítica à lógica da Reforma Empresarial (Freitas), a defesa da pedagogia crítica (Libâneo) e a valorização da Educação Física como componente curricular essencial para a formação integral (Bracht, Darido e Betti).

3 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As discussões apresentadas neste artigo emergiram durante a disciplina Didática Geral, no Curso de Especialização em Educação Física Escolar da UFF, em 2025. A turma formada, em sua maioria, por professores atuantes nas redes públicas (Estadual e Municipais) do Estado do Rio de Janeiro, que compartilharam suas experiências sobre os efeitos das políticas empresariais nas escolas em que atuam.

Foram relatadas situações comuns em diferentes regiões: escolas sem quadra poliesportiva, falta de materiais básicos para as aulas, horários reduzidos para a disciplina e ausência da Educação Física em espaços de decisão escolar.

Além disso, pressões para que o tempo pedagógico fosse voltado ao reforço das disciplinas avaliadas em exames nacionais, reforçando a ideia de que apenas essas áreas seriam relevantes para a formação dos alunos.

Esse contexto revelou como a lógica empresarial vem sendo incorporada às práticas escolares, reduzindo a autonomia pedagógica e reforçando desigualdades. A disciplina de Didática Geral tornou-se, assim, um espaço privilegiado de reflexão crítica, em que os professores puderam analisar suas práticas à luz da teoria, relacionando a realidade vivida com os conceitos discutidos nos textos de Freitas, Libâneo e Lück.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao relacionar as experiências relatadas com a fundamentação teórica, constata-se que a Reforma Empresarial da Educação impacta de forma direta o cotidiano escolar e, em especial, a Educação Física.

Observa-se primeiramente, a centralização curricular e a padronização denunciadas por Freitas (2018). A autonomia docente é reduzida, já que as práticas precisam se alinhar às metas e avaliações externas. Na Educação Física, isso significa, muitas vezes, a perda de espaço pedagógico, uma vez que a disciplina não é contemplada nos principais indicadores de desempenho.

Em segundo lugar, a fragilidade da formação crítica apontada por Libâneo (1986) se evidencia na prática. Em vez de promover a apropriação crítica do conhecimento, muitas escolas priorizam o cumprimento de tarefas burocráticas e de conteúdos mínimos estabelecidos, o que empobrece o processo educativo e limita a capacidade dos estudantes de compreender e transformar a realidade social.

Outro aspecto é a substituição da gestão democrática pela lógica gerencial, conforme analisa Lück (2009). Nas escolas relatadas, decisões importantes são tomadas de forma verticalizada, sem participação efetiva de professores, estudantes ou famílias. A comunidade escolar é chamada apenas a cumprir metas, e não a construir coletivamente os rumos da educação.

No caso específico da Educação Física, esses processos resultam em desvalorização e invisibilidade. Muitos professores relataram que suas aulas foram reduzidas ou desconsideradas no planejamento escolar, já que a prioridade é dada às disciplinas cobradas em avaliações externas. A Educação Física, assim, torna-se ainda mais marginalizada, quando deveria ser reafirmada como espaço de formação integral e crítica.

Portanto, a análise evidencia que a Reforma Empresarial não apenas compromete a função social da escola pública, mas também reforça desigualdades históricas na Educação Física, negando aos estudantes o direito a uma formação plena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a Reforma Empresarial da Educação, ao adotar a lógica de mercado como princípio norteador, gera efeitos profundos na escola pública brasileira. Esses efeitos vão desde a redução da autonomia pedagógica até a intensificação da desigualdade

social, passando pela fragilização da gestão democrática e pela desvalorização da Educação Física escolar.

No entanto, as reflexões realizadas também apontam possibilidades de resistência. É preciso reafirmar a educação como direito social e a escola como espaço de emancipação, em que a formação crítica seja valorizada. Para isso, algumas diretrizes são essenciais:

1. Fortalecer a gestão democrática, garantindo a participação efetiva da comunidade escolar.
2. Valorizar o trabalho docente, reconhecendo sua dimensão crítica e intelectual.
3. Construir currículos críticos e inclusivos, que respeitem a diversidade cultural dos estudantes.
4. Assegurar condições materiais adequadas para todas as disciplinas, incluindo a Educação Física, que deve ocupar lugar central na formação integral.

Ao reafirmar esses princípios, a Educação Física pode consolidar-se como um espaço de resistência frente à lógica empresarial, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e autônomos, comprometidos com uma educação verdadeiramente emancipatória.

REFERÊNCIAS

- BETTI, Mauro. Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1991.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. Campinas: Autores Associados, 1999.
- DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.
- LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009us, 2010.